

Área social será protegida

JANES ROCHA

BRASÍLIA – O corte de US\$ 8,7 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) para 1999, vai reduzir em 10% as verbas para as áreas de saúde e educação, em relação à proposta orçamentária inicial destas áreas apresentada ao Congresso em 31 de agosto, segundo o ministro do Planejamento, Paulo Paiva. “Dessa vez pega tudo”, disse o ministro. De acordo com o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, o governo vai tentar preservar ao máximo as áreas sociais, as obras que estão em fase de conclusão e um dos principais incentivos fiscais às exportações, o Proex, do corte no Orçamento. Mas todas as áreas serão atingidas, em maior ou menor grau, e não estão previstas verbas para a criação do novo Ministério da Produção.

O Orçamento do ano que vem está sendo calculado de forma a gerar um superávit primário (antes do pagamento dos juros das dívidas interna e externa) de R\$ 23,668 bilhões ou 2,6% Produto Interno Bruto (PIB). O governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) vai contribuir com R\$ 16,385 bilhões para este esforço. Os estados entram com R\$ 3,641 bilhões, mesmo valor que será exigido das empresas estatais, equivalentes a 0,4% do PIB.

Evitando detalhar onde os cortes vão incidir, Martus Tavares explicou que o Orçamento ainda está em elaboração e que deve ser concluído e encaminhado ao Congresso na próxima semana. O Orçamento, que já havia sido entregue ao presidente do Senado no dia 31 de agosto, está sendo totalmente recalculado com base em outros indicadores a pedido dos parlamentares da comissão mista de orçamento.

Revisão – O governo reviu a estimativa do Produto Interno Bruto

(PIB) para o ano que vem, de um crescimento de 4% para uma queda de 1%, e a inflação, que havia sido estimada no primeiro projeto de lei em 3,8%, baixou para 2%. Dessa forma, todos os números mudam e há uma queda expressiva na previsão de arrecadação que foi estimada a princípio em R\$ 196 bilhões aproximadamente.

Segundo Tavares, o corte de R\$ 8,7 bilhões corresponde a uma redução equivalente a 20% no item Outras Despesas Correntes e de Capital (OCC), única parte do Orçamento da União sujeita a cortes, e será feito em cima de um corte já anunciado em setembro. “É um ajuste profundo, sem precedentes”, afirmou o secretário.

Segundo ele, as verbas das OCC para custeio e investimentos serão realocadas por dois critérios: primeiro, preservando ao máximo as áreas sociais (saúde, educação, reforma agrária e assistência social) e as obras que já estão em fase final de andamento. O segundo critério será cortar mais em projetos (obras) do que em atividades (ações continuadas do governo como merenda escolar).

Brasil em ação – “Os projetos podem ser adiados, portanto levarão a maior parte do ajuste”, disse Tavares. Na parte de custeio, a prioridade será reduzir gastos administrativos (viagens, cursos, papel, xerox, etc). Segundo ele, todo o conjunto de obras do governo, entre eles os programas do Brasil em Ação, bandeira da campanha à reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, serão afetados.

Para seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique terá um Plano Plurianual totalmente reformulado. Todas as ações do governo federal serão divididas em programas que serão administrados por “gerentes” que serão escolhidos entre os funcionários públicos especializados nas diversas áreas, explicou Martus Tavares.

A economia nos próximos três anos*

	1998	1999	2000	2001
Inflação anual	1,5%	2%	2%	2%
Crescimento real do PIB	0,5%	-1%	3%	4%

* Estimativas

Metas a serem atingidas

(% do PIB)

	1998	1999	2000	2001
Superávit primário		2,6	2,8	3
Governo federal		1,8	2	2,3
Estados e municípios		0,4	0,5	0,5
Empresas estatais		0,4	0,3	0,2
Relação dívida/PIB	41,9	44,9	44,8	44,4